NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUÍ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

A Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Estado do Ceará convoca a todos os seus filiados para participarem do congresso a ser realizado nos dias 22 e 23 de abril de 2016, onde será debatida, apreciada e votada a seguinte pauta: A) Apresentação das ações realizadas nos últimos 04 anos e prestação de contas; B) Apresentação dos projetos para os anos seguintes; C) Apreciar e votar a mudança estatutária; D) Eleição da diretoria para gestão 2016 a 2020. O congresso será realizado na Colônia de Férias do SINTRAHORTUH, Rua Pastor Pedro de Queiroz, nº 80, Pacheco - Caucaia - CE, iniciando no dia 22 às 08 horas com o credenciamento e término previsto no dia 23 às 12 horas. A NCST CE avisa a todos os filiados que os delegados que irão exercer o direito do voto, terão que ser indicados por sua entidade até o dia 08 de abril de 2016, com a Sra. Sávia Mendes na secretaria da entidade pelo telefone (85)3055-2900 ou e-mail: ncstce@hotmail.com.

Fortaleza-CE, 7 de março de 2016
LUIZ ONOFRE CHAVES DE BRITO
Presidente da Nova Central

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

EXCERTO DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DE 2016, QUE APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015

Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2016, às 09h30, reuniram-se na sala de reunião da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em Brasília, os Conselheiros relacionados ao final, com o objetivo de tratar dos assuntos referenciados na pauta. Nesta reunião, de acordo com o item 2 da pauta, foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício de 2015 com base no parecer dos Auditores Independentes, representados pela empresa Ernst & Young Terco. Conselho de Administração da Organização Social Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Juscara Marques de Almeida Gonçalves - Representante da SBC; Merched Cheheb de Oliveira - Representante do MEC; Sergio Vianna Fialho - Representante do PoP-RN; Rafael Pontes Lima - Representante do PoP-AP; Nelson Simões da Silva - Representante da RNP; Elias Procópio Duarte Júnior - Representante do LARC; Manoel Augusto Cardoso da Fonseca - Representante do MCTI; Adailton José Santos Silva - Representante dos Associados RNP; Gilson Fernando Botta - Representante do MCTI. Brasília, 29 de fevereiro de 2016.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais)

Ativo	2015	2014
Circulante		
Caixa e equivalente de Caixa (nota 4)	78	907
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	132.292.158	174.035.706
Clientes a receber (nota 6)	473.083	2.014.406
Adiantamentos a terceiros (nota 7)	372.295	389.390
Créditos de funcionários (nota 8)	360.671	420.042
Despesas pagas antecipadamente (nota 9)	2.289.796	2.295.041
Impostos e contribuições a recuperar	42.478	10.417
Total do circulante	135.830.559	179.165.909
Não circulante		
Despesas pagas antecipadamente (nota 10)	9.164.925	11.482.260
Depósitos judiciais	860.221	498.765
	10.025.146	11.981.025
Imobilizado (nota 11)	47.924.854	55.729.537
Intangível (nota 12)	2.424.837	1.695.387
	50.349.691	57.424.924
Total do não circulante	60.374.837	69.405.949
Total do Ativo	196.205.396	248.571.858

Passivo	2015	2014
Circulante		
Fornecedores (nota 13)	18.513.163	15.423.002
Obrigações fiscais (nota 14)	1.059.033	1.115.231
Obrigações sociais (nota 15)	1.160.481	1.061.323
Obrigações trabalhistas (nota 16)	4.188.755	3.704.394
Obrigações em circulação (nota 17)	110.021.176	182.134.345
Outras contas a pagar	94.282	46.508
Total do circulante	135.036.890	203.484.803
Não circulante		
Provisão para contingências (nota 18)	28.693.652	13.838.577
Total do não circulante	28.693.652	13.838.577
Patrimônio líquido		
Capital social	3.183.917	2.530.594
Superávit acumulado	29.290.937	28.717.884
	32.474.854	31.248.479
Total do Passivo	196.205.396	248.571.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais)

	2015	2014
Receitas com restrição		
Receita do contrato de gestão	248.910.546	209.109.418
Receita de convênios (nota 19)	16.702.726	9.549.957
Receitas sem Restrição		
Receitas de prestação de serviços	1.850.717	1.978.848
Receitas de Doações	-	17.884.459
	267.463.989	238.522.682
(Despesas)/Receitas Operacionais		
Despesas com pessoal	(47.770.988)	(44.954.945)
Provisão de férias e 13º salário	(2.929.830)	(2.604.549)
Provisão para Contingencias (nota 18)	(14.855.075)	145.513
Despesas gerais e administrativas (nota 20)	(199.004.320)	(169.688.263)
Despesas Imobiliárias	(1.009.779)	(1.449.961)
Despesas financeiras	(4.239.092)	(3.272.724)
Receitas financeiras	19.303.636	17.035.502
Depreciação e amortização	(17.913.049)	(15.558.843)
Outras receitas operacionais	1.527.561	1.335.962
	(266.890.936)	(219.012.308)
Superávit do exercício	573.053	19.510.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1 de janeiro de 2014	2.530.594	9.207.510	11.738.104
Superávit do exercício	-	19.510.374	19.510.374
Em 31 de dezembro de 2014	2.530.594	28.717.884	31.248.478
Integralização de capital	653.323	-	653.323
Superávit do exercício	-	573.053	573.053
Em 31 de dezembro de 2015	3.183.917	29.290.937	32.474.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	573.053	19.510.374
Depreciação e amortização	11.814.307	14.225.415
Provisão para contingências	14.855.075	(145.513)
Provisão para devedores duvidosos	3.840	119.407
	27.246.275	33.709.683
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Variação em adiantamentos a terceiros	17.095	(76.508)
Variação em cliente a receber	1.537.483	(1.745.867)
Variação em despesas pagas antecipadamente	5.245	1.668
Variação em depósitos judiciais	(361.456)	-
Variação em crédito de funcionários	59.372	145.867
Variação em tributos e contribuições a recuperar	(32.061)	121.523
	1.225.678	(1.553.317)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Variação em fornecedores	3.090.161	(11.290.804)
Variação em obrigações fiscais	(56.198)	163.269
Variação em obrigações sociais	99.157	139.799
Variação em provisões trabalhistas	484.360	813.564
Variação em contas a pagar	47.777	4.550
Variação em obrigações em circulação	(72.113.170)	77.545.202
	(68.447.913)	67.375.580
Caixa Líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais	(39.975.960)	99.531.946
Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
(Aumento) redução nos títulos e valores mobiliários	41.743.548	(61.421.471)
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(2.421.740)	(38.109.677)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	39.321.808	(99.531.148)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	653.323	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	653.323	-
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	(829)	798
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	907	109
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	78	907
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	(829)	798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais)

1. Informações sobre a entidade: A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou *backbone*, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada. Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MTCI) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo englobará as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento, consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, e a negociação e assinatura do contrato. O plano de fomento será elaborado até maio e incluirá: plano de ação plurianual, quadro de indicadores e metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, orçamento estimativo e cronograma de desembolso. O processo será finalizado até outubro de 2016. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – ITGC 2002 (R1). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2016. **3. Práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor. b) Apuração do superávit: O superávit é apurado pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a RNP e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida. c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É constituída com base em análise pela Administração da carteira, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica. d) Imobilizado: Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. e) Intangível: Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada. f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. g) Provisões: *Geral.* Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas.* A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos, portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: O processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente. i) Instrumentos financeiros: *Ativo financeiro.* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros.* A Entidade avalia na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. *Passivos financeiros.* Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores. *Instrumentos derivativos.* A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza. j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) Tributação: A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária. Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto Sobre Serviços – ISS	5,00%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00%

A tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R$240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geariam créditos ou débitos tributários diferidos. l) Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Caixa e equivalente de caixa:	2015	2014
Banco do Brasil S.A. – 370000	12	28
Banco do Brasil S.A. – 280003	44	28
Banco do Brasil S.A. – 274003	3	3
Banco do Brasil S.A. - 27500X	19	-
Banco do Brasil S.A. – 676004	-	-
Banco do Brasil S.A. – 170003	-	848
	78	907

5. Títulos e valores mobiliários:	2015	2014
Renda fixa – FIX	127.704.586	169.396.274
Renda fixa – DI	4.087.572	4.107.155
Fundo cambial	-	-
Poupança	500.000	532.277
	132.292.158	174.035.706

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não aumenta o seu valor de realização.

6. Contas a receber:	2015	2014
Duplicatas a receber	622.250	2.159.733
PCLD	(149.167)	(145.327)
	473.083	2.014.406

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(145.327)
(+) Complemento/acerto PCLD	(88.987)
(-) Baixas ocorridas	85.147
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(149.167)

7. Adiantamentos a terceiros:	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	273.582	298.547
Adiantamento de viagens	72.376	82.601
Outros	26.337	8.242
	372.295	389.390

8. Crédito de funcionários:	2015	2014
Adiantamento de viagens	65.973	111.548
Adiantamento de salário	151	20.300
Empréstimos a Funcionários	7.000	-
Antecipação de férias	287.547	288.194
	360.671	420.042

9. Despesas pagas antecipadamente (circulante):	2015	2014
Prêmios de seguros	303.639	308.884
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	1.986.157
	2.289.796	2.295.041

10. Despesas pagas antecipadamente (não circulante):	2015	2014
Adiantamentos diversos	2.047.862	2.379.040
Adiantamento a fornecedores	7.117.063	9.103.220
	9.164.925	11.482.260

Em julho de 2010, a RNP celebrou junto a OI um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou a esta operadora o montante de R$19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provida pela mesma nos portos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação do resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a despesa apropriada ao resultado foi de R$1.986.157 (R$1.986.157 em 2014).

11. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	Residual dez/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2015
Equipamentos de computação	20%	41.265.913	7.346.755	(5.700.032)	(7.726.679)	35.185.957
Máquinas e equipamentos	10%	9.241.159	858.067	(369.542)	(1.004.669)	8.725.015
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	277.035	-	-	(112.222)	164.813
Móveis e utensílios	10%	4.032.125	827.208	(788.616)	(225.296)	3.845.421
Instalações	10%	-	-	-	-	-
Provisão para perda	-	(1.060.055)	1.060.055	-	-	-
Importação em andamento	-	1.973.360	14.162.353	(16.132.055)	-	3.648
		55.729.537	24.254.438	(22.990.255)	(9.068.866)	47.924.854

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032016030900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$9.068.866 (R$12.378.380 em 2014) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2015 ocorreram baixas no ativo imobilizado por doação no montante de R$5.535.122, por avaria no montante de R$422.315, por obsolescência no montante de R$44.971, por roubo no montante de R$11.766, por sucateamento no montante de R$18.830, outros casos no montante de R$810.586 e por extravio no montante de R$14.600, totalizando o montante de R$6.858.190. A Entidade revisou a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Para a elaboração dessa análise, a RNP considerou o seu planejamento operacional para os próximos exercícios, os antecedentes internos, como o nível de manutenção e de utilização dos bens, como também, elementos externos de comparação, tais como as tecnologias disponíveis. Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. **12. Intangível:**

	Taxas Anuais de Residual amortização	dez/2014	Aquisições	Baixas	Amortização anual	Residual dez/2015
Sistema aplicativo software	20%	1.695.387	1.491.735	(334.179)	(428.106)	2.424.837
		1.695.387	1.491.735	(334.179)	(428.106)	2.424.837

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$428.106 (R$632.756 em 2014) e está registrada no resultado do exercício. No exercício de 2015 ocorreram baixas no ativo intangível por doação no montante de R$27.851, por obsolescência no montante de R$297.136 e por outros casos no montante de R$9.192, totalizando o montante de R$334.179 (R$970.585 em 2014). **13. Fornecedores:**

	2015	2014
Fornecedores de serviços de telecomunicações	16.727.897	12.704.716
Fornecedores de serviços profissionais	1.785.266	2.308.173
Outros fornecedores de serviços	–	410.113
	18.513.163	15.423.002

14. Obrigações fiscais: Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2015 e 2014 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R$1.059.033 e R$1.115.231.

15. Obrigações sociais:

	2015	2014
INSS	838.881	765.077
FGTS	277.670	256.454
PIS	43.930	39.792
	1.160.481	1.061.323

16. Obrigações trabalhistas:

	2015	2014
Férias	3.137.647	2.774.829
INSS sobre férias	800.098	707.580
FGTS sobre férias	251.010	221.985
	4.188.755	3.704.394

17. Obrigações em circulação:

	2015	2014
Contrato de Gestão - MCTI	109.720.768	181.952.792
Finep - Giga	20.723	18.665
Finep - Sibratec	279.693	162.888
	110.021.176	182.134.345

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência,Tecnologia e Inovação (MCTI), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício. Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP, em 2016, receberá recursos adicionais no valor total de R$155.054.466 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo.

	2016
6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - FNDCT	5.019.679
11º Termo Aditivo do Contrato de Gestão – MEC	80.000.000
12º Termo Aditivo do Contrato de Gestão – MCTI	70.034.787
	155.054.466

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Entidade pelo MCTI ou pelo MEC. **18. Provisão para contingências:** A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas de acordo com o risco de perda provável. A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 de acordo com a probabilidade de perda. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2015	2014
Trabalhistas	27.392.300	13.450.925
Cíveis	1.301.352	387.652
	28.693.652	13.838.577

Contingências trabalhistas: Foi adicionada à provisão trabalhista de 2014 (R$13.450.925) o montante de R$13.941.375 em 2015, referente ao passivo contingencial trabalhista, classificado como de risco provável e surgido ao longo do exercício de 2015, composto basicamente de situações que antes não eram consideradas riscos, por tratarem-se de profissionais terceiros que atuavam especificamente em projetos da RNP. **Contingências cíveis:** Foi realizada uma adição de R$913.700 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base na correção da base das mensalidades não pagas devidas, considerando a atualização monetária do valor referente a essas mensalidades no valor de R$434.042 (R$387.652 em 2014) e a nova avaliação sobre os valores de excedente de banda, que até o exercício de 2014 eram classificados como de risco possível. Neste caso, o valor atualizado ficou em R$ 867.310 (R$ 774.615 em 2014). O montante referente à multa contratual continua classificado como de risco remoto em virtude do andamento do processo no exercício de 2015 para avaliação pela Câmara de Direito do Consumidor. Desde 22/06/2015 a RNP aguarda a decisão do STJ sobre a admissibilidade da competência desta Câmara para analisar as apelações, visto a competência ter sido inadmitida nas fases anteriores. Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2015	2014
Cíveis	–	774.615
Trabalhistas	101.261	65.000
Tributária	833.593	562.038
	934.854	1.401.653

19. Receita de convênios:

	2015	2014
Empresa Brasileira de Comunicação	–	140.047
Ministério das Comunicações	–	5.774.334
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP	–	99.537
Agência Nacional do Cinema		2.826.692
Fundação Universidade de Brasília	356.221	–
Lauren Foundation	429.767	–
Chamada Coordenada BR-EU	15.000.000	–
Associação das Pioneiras - APS	80.959	–
Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos	110.000	–
Centro de Ensino Unificado de Brasília	221.289	–
Outros	504.490	709.347
	16.702.726	9.549.957

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

20. Despesas gerais e administrativas:	2015	2014
Serviço de cooperativas – táxi	403.608	408.518
Treinamentos e cursos	1.382.651	1.475.249
Consultoria e assessoria – ESR	875.090	596.027
Consultoria de gestão de projetos	1.695.389	2.545.165
Consultoria e assessoria em pesquisa e desenvolvimento de projeto	434.431	939.889
Consultoria de suporte e manutenção de rede	290.867	297.881
Consultoria e assessoria de informática e congêneres	5.729.976	4.183.471
Consultoria de sistema de informação	12.909.916	12.853.272
Conectividade internacional	12.038.271	8.878.310
Conectividade nacional	115.293.969	83.972.439
Serviço de terceirização de mão de obra	3.447.103	4.301.473
Serviço de instalação, manutenção e configuração de equipamentos	1.416.414	10.706.942
Serviço de suporte e manutenção de software	1.251.621	704.365
Serviços especializados – eventos	429.174	797.574
Assessoria em design	688.643	819.878
Convênio de cooperação acadêmica	7.458.351	5.044.894
Assessoria de imprensa	476.676	442.069
Viagens	8.331.771	8.227.976
Consumo de materiais e produtos	540.709	597.225
Ocupação	3.608.205	3.466.627
Utilidades e serviços	1.909.500	1.106.463
Outras despesas	18.391.985	17.322.555
	199.004.320	169.688.263

21. Transações com partes relacionadas: Remuneração e pessoal-chave. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R$1.779.704 (R$1.632.657 em 2014). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores. A Organização é dirigida por seu Conselho de Administração (dirigente máximo). Os Conselheiros e seus suplentes não recebem remuneração alguma por parte da RNP. A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos. CLARA opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que interconecta internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países na América Latina e Europa. Com isto, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu. CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o diretor de engenharia e operações Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no conselho diretivo de CLARA, no cargo de tesoureiro. CLARA, através da RedCLARA, prestou estes serviços de conectividade internacional para a RNP nos anos de 2015 e 2014 nos montantes de R$ 2.921.472 e 1.284.147 respectivamente. **22. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2015 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo valor máximo indenizatório de R$ 13.668.902 para equipamentos diversos, tais como roteadores, servidores e notebooks e de R$ 2.369.958 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de prêmio de R$349.471 (R$355.265 em 2014), compreendendo o seguro dos riscos dos equipamentos diversos mencionados no valor de R$347.950 e de móveis no valor de R$1.521. Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro, da localidade com a maior valorização de equipamentos, que é o município de Campinas. No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório. Além disso, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da **Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP** - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITGC 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITGC 2002 (R1)). **Ênfase:** Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e estão atrelados ao Contrato de Gestão, cuja última renovação, ocorreu em 22 de dezembro de 2010, com vigência de 6 anos. Consequentemente a continuidade das operações da Entidade depende do recebimento desses recursos pelo MCTI, bem como da renovação futura do referido contrato. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. ERNST & YOUNG. Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/F-6. Glaucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ 090 174/O-4

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL - Contrato de Gestão: 1. Histórico dos recursos provenientes do Contrato de Gestão. Quadro 1.a – Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão (em reais)

Fonte	2011	2012	2013	2014	2015
Total MCTI	45.882.605	34.607.650	35.350.000	24.895.820	46.645.180
Total outra fonte	126.057.238	164.113.726	120.425.664	261.767.282	130.033.333
Total Geral	171.939.844	198.721.376	155.775.664	286.663.102	176.678.513

Quadro 1.b – Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão no exercício de 2015 (em reais)

Fonte	Termo Aditivo	Valor	Data
MCTI	8º TA	5.000.000	22/01/2015
	9º TA	7.000.000	14/05/2015
	9º TA	10.019.679	24/02/2015
	9º TA	7.000.000	27/02/2015
	9º TA	1.725.501	12/03/2015
	9º TA	10.000.000	10/04/2015
	9º TA	2.900.000	14/05/2015
	10º TA	3.000.000	27/02/2015
Total MCTI		46.645.180	
Outras fontes via Contrato de Gestão	7º TA - MS	1.000.000	05/01/2015
	8º TA - MEC	34.166.667	13/05/2015
	9º TA - MS	2.000.000	08/01/2015
	9º TA - MS	3.600.000	08/01/2015
	10º TA - MC	100.000	11/05/2015
	6º TA - FNDCT	5.000.000	13/07/2015
	6º TA - FNDCT	5.000.000	28/07/2015
	8º TA - MEC (4172)	34.166.667	05/08/2015
	6º TA - FNDCT	12.000.000	02/09/2015
	6º TA - FNDCT	6.000.000	25/09/2015
	6º TA - FNDCT	1.000.000	16/10/2015
	6º TA - FNDCT	1.000.000	26/10/2015
	6º TA - FNDCT	1.500.000	17/11/2015
	6º TA - FNDCT	1.500.000	27/11/2015
	6º TA - FNDCT	2.000.000	02/12/2015
	11º TA - MEC	20.000.000	24/12/2015
Total outras fontes		130.033.333	
Total geral		176.678.513	

2. Saldo geral em contas bancárias: Quadro 2 - Contas Bancárias (em reais)

Banco	Agência	Conta	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015
Banco do Brasil	3519-x	70.000-2 CG/4655	10.626.607	3.559.299
	3519-x	70.800-3 CG/Recursos Aditivados	49.068.275	49.219.032
	3519-x	70.900-X CG/4172	49.111.143	16.777.134
	3519-x	70.910-7 FNDCT	14.403.775	13.524.041
	3519-x	70.002-9 FNDCT	–	3.706.805
Total			158.771.758	86.786.311

3. Receitas auferidas: Quadro 3 - Demonstração de receitas auferidas (em reais)

Receitas	Exercício 2014	Exercício 2015
Receita total	256.856.353	287.997.580
Receita contrato de gestão	209.109.418	248.910.546
Outras receitas operacionais	–	–
Receita prestação de serviço	1.978.848	1.850.717
Receita financeira	17.034.146	19.488.765
Receitas de convênios	9.549.957	16.702.726
Receita de doações	17.884.459	–
Receita alavancada	–	–
Descontos financeiros obtidos[1]	849.322	1.044.826
Receitas não operacionais[2]	450.203	–
Saldo exercício anterior	223.912.841	256.856.353

Nota 1: Descontos obtidos em faturas de prestação de serviços de telecom e não telecom. Nota 2: Receitas de prêmio de seguro e de aplicação de multas contratuais. **4. Comparativo entre saldos financeiros do Contrato de Gestão. Quadro 4 – Saldos financeiros apropriados como recursos do Contrato de Gestão (em reais).** Valor. Saldo Financeiro em 31/12/2014 - 158.771.758 Saldo Financeiro em 31/12/2015 - 86.786.311

5. Programação de execução orçamentária e financeira: Demonstração dos principais itens de despesas da entidade por macroprocesso, com a explicação das oscilações significativas entre os valores previstos e os realizados ao longo do primeiro semestre de 2015 e o planejado do ano corrente e o realizado do ano anterior: Quadro 5.a – Plano de Ação pactuado e realizado em 2015 (em mil reais)

MACROPROCESSO	Pessoal Planejado 2015	Pessoal Executado 2015	Pessoa Física Planejado 2015	Pessoa Física Executado 2015	Pessoa Jurídica Planejado 2015	Pessoa Jurídica Executado 2015	Viagens Planejado 2015	Viagens Executado 2015	Custeio Planejado 2015	Custeio Executado 2015	Capital Planejado 2015	Capital Executado 2015	TOTAL Planejado 2015	TOTAL Executado 2015
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	5.905	3.211	4.533	2.578	5.372	2.169	3.560	979	1.197	271	2.931	494	23.498	9.703
ENGENHARIA E OPERAÇÃO DE REDES	8.226	5.546	2.235	650	188.386	136.978	2.022	817	1.964	2.313	16.554	3.641	219.387	149.944
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO	7.232	5.380	275	362	21.407	8.007	1.546	839	1.436	2.067	6.379	3.135	38.275	19.790
EMPREENDIMENTO DE SOLUÇÕES EM TIC	4.395	3.807	881	1.910	30.580	15.319	2.548	1.393	1.510	1.271	3.338	1.532	43.252	25.231
CAPACITAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO	3.538	2.554	1.949	516	4.876	2.636	3.090	1.839	2.839	1.601	569	27	16.861	9.174
RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	3.477	1.915	0	0	3.040	298	1.286	508	2.315	39	252	1.163	10.370	3.923
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	30.163	18.748	969	495	23.965	9.392	3.462	1.311	7.476	10.945	1.682	152	67.717	41.043
Total	62.936	41.161	10.842	6.510	277.626	174.800	17.514	7.686	18.737	18.506	31.706	10.144	419.361	258.808
Execução	65%		60%		63%		44%		99%		32%		62%	

Legenda: Planejado - Valor previsto no plano de ação de janeiro a dezembro de 2015. Executado - Valor executado do plano de ação de janeiro a dezembro de 2015.

continuação

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

Quadro 5.b - Comparativo anual do Plano de Ação realizado (em mil reais)

Macroprocesso	Pessoal		Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Viagens		Custeio		Capital[P]		TOTAL	
	Executado 2014	Executado 2015	Executado 2014	Executado 2015	Executado 2014	Executado 2015	Executado 2014	Executado 2015	Executado 2014	Executado 2015	Executado 2014	Executado 2015	Executado 2014	Executado 2015
Desenvolvimento Tecnológico	2.699	3.211	2.041	2.578	1.740	2.169	1.076	979	368	271	733	494	8.658	9.703
Engenharia e Operação De Redes	4.526	5.546	792	650	103.034	136.978	826	817	2.342	2.313	9.016	3.641	120.537	149.944
Serviços de Comunicação e Colaboração	4.742	5.380	316	362	5.904	8.007	610	839	3.084	2.067	4.846	3.135	19.501	19.790
Empreendimento de Soluções em Tic	3.274	3.807	2.348	1.910	19.303	15.319	1.366	1.393	2.299	1.271	21.967	1.532	50.557	25.231
Capacitação e Disseminação do Conhecimento	2.868	2.554	905	516	2.415	2.636	1.007	1.839	1.606	1.601	111	27	8.913	9.174
Relacionamento Institucional	477	1.915	30	0	556	298	558	508	57	39	44	1.163	1.720	3.923
Gestão e Desenvolvimento Organizacional	20.872	18.748	755	495	9.006	9.392	1.783	1.311	9.211	10.945	91	152	41.717	41.043
Total	39.457	41.161	7.187	6.510	141.959	174.800	7.225	7.686	18.967	18.506	36.809	10.144	251.603	258.808
Execução	4%		-10%		19%		6%		-2%		-263%		3%	

Legenda: Executado 2014 - Valor realizado de janeiro a dezembro de 2014. Executado 2015 - Valor realizado de janeiro a dezembro de 2015. Nota Explicativa 3: A diferença na execução da despesa de Capital entre 2015 e 2014 deve-se ao fato do não repasse dos recursos do Contrato de Gestão de 2015 e da necessidade de redução em investimentos e compras de equipamentos para a execução de projetos.

Nelson Simões da Silva - Diretor Geral da RNP — **JCC - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.** — **João Carlos Cristiano** - Contador - CRC/RJ 0322853/0-0 0 - CPF 329.070.107-78

FRONTE SAPIENS PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 21.391.155/0001-76 - NIRE 33.3.0031419-9

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 17/12/2015, às 10:30h, na sede social da Cia., localizada na Rua do Carmo n.º 43, 10º andar, parte, Centro, RJ/RJ, CEP: 20011-020. 2. Convocação: Os acionistas foram convocados pelo edital de convocação publicado nos dias 07, 08 e 09/12/2015 no DOU, às fls. 225, 153 e 173, respectivamente, e no jornal Diário Comercial, nas mesmas datas citadas, às fls. 7, 7 e 5, respectivamente. 3. Composição da Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luis Henrique Fichman e secretariados pelo Sr. Eduardo Andre Moura Martins Costa. 4. Ordem do Dia: (i) autorizar a Cia. a celebrar a 49ª alteração ao contrato social da Radha Brasil Edições e Serviços Ltda. e (ii) modificar o art. 8º, "r" do Estatuto Social da Cia., para alterar a competência para abertura, encerramento e mudança de endereço de filiais, escritórios ou representações de sociedades nas quais a Cia. detenha participação societária, transferindo-a para o Conselho de Administração. 5. Deliberações: Instalada a Assembleia, os acionistas, por maioria de votos (50% das ações votantes mais uma ação) e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) autorizar a Cia. a celebrar a 49ª alteração ao contrato social da Radha Brasil Edições e Serviços Ltda. para fins de (a) registrar a renúncia do Diretor Financeiro da citada sociedade e o acúmulo de suas funções pelo Diretor Presidente e (b) o encerramento da filial da referida sociedade no Shopping Nova América - Av. Pastor Martin Luther King Jr. nº 126 - QT12 - Del Castilho, RJ/RJ -CEP 20765-000. (ii) aprovar a alteração do art. 8º, "r" do Estatuto Social da Cia. para excluir da competência da Assembleia Geral a abertura, o encerramento ou a mudança de endereço de sede, filial, escritório ou representação de sociedades nas quais a Cia. detenha participação societária e/ou tenha indicado administradores, transferindo-se a mesma para o Conselho de Administração, nos termos da primeira parte do art. 12, (iii) do Estatuto Social. Em virtude dessa deliberação, o aludido dispositivo do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "Art. 8º (omissis) (r) definir o voto da Cia. em assembleias gerais de acionistas, reuniões de sócios e reuniões de órgãos de administração de sociedades nas quais ela detenha participação societária nos casos em que o voto se relacione à indicação, eleição ou destituição de administradores ou membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração global anual, propositura de ação de responsabilidade contra os administradores, tomada de contas dos administradores e aprovação de demonstrações financeiras apresentadas, alteração da política de dividendos, emissão de valores mobiliários, bem como seu resgate, sua amortização ou compra, constituição de reservas estatutárias, abertura ou o fechamento do capital social, alteração do nome comercial ou do objeto social, aumento ou redução do capital social, suspensão dos direitos de sócio e avaliação de bens para a formação do capital social;" Por fim, deliberou a Assembleia que fica a administração da Cia. autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente nos órgãos próprios. Os acionistas autorizam a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o presidente suspendeu os trabalhos enquanto era lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai firmada por todos os acionistas da Cia. presentes. Certificamos que a presente confere com o original lavrado em livro social próprio. RJ, 17/12/2015. Mesa: Luis Henrique Fichman - Presidente; Eduardo Andre Moura Martins Costa - Secretário. Estatuto Social. Fronte Sapiens Participações S.A. Capítulo I. Denominação, Sede, Foro e Duração. Art. 1º - A Cia. tem a denominação de Fronte Sapiens Participações S.A. ("Cia.") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Art. 2º - A Cia. tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, podendo alterar o endereço da sede, sempre na cidade e Estado do RJ, bem como abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração. Art. 3º - A Cia. terá prazo de duração indeterminado. Capítulo II. Objeto Social. Art. 4º - A Cia. tem por objeto a participação, sob qualquer modalidade, no capital social de outras sociedades de qualquer natureza ou tipo. Capítulo Iii. Capital Social e Ações. Art. 5º - O capital social da Cia. é de R$ 4.920.000,00, dividido em 4.341.600 ações ordinárias e 578.400 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, § único - Todas as ações são indivisíveis em relação à Cia. e cada ação ordinária confere a seu titular 1 voto nas assembleias gerais. Os titulares das ações preferenciais não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso em caso de liquidação da Cia. Capítulo Iv. Assembleias Gerais. Art. 6º - As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. Art. 7º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente, ou quem vier a substituí-lo, ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei n.º 6.404 de 1976. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 dias, em 1ª convocação, e de 5 dias, em 2ª convocação. §2º - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando, pelo menos, 1/4 do capital social votante, em 1ª convocação, ressalvado se quórum maior for ixigido por lei, e com qualquer número de acionistas em em 2ª convocação, e serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração, ou por substituto, o qual escolherá o secretário. §3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social e em Acordo de Acionista arquivado na sede da Cia., serão tomadas por maioria de votos. Art. 8º - Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar o Estatuto Social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração global anual; (c) tomar anualmente as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de debêntures ou qualquer outro valor mobiliário pela Cia.; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir as obrigações impostas por lei ou pelo presente Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre qualquer proposta de incorporação da Cia., incorporação de ações, cisão, transformação, fusão ou qualquer outra forma de reestruturação da Cia. e de sociedades nas quais ela detenha participação societária, incluindo reduções de capital, recompras, resgates, amortizações e reembolsos; (h) deliberar sobre a dissolução, liquidação ou extinção da Cia. e de sociedades nas quais ela detenha participação societária, além da eleição e destituição de eventuais liquidantes e aprovação de suas contas; (i) autorizar a Cia. e/ou sociedades nas quais ela detenha participação societária a confessar ou pedir falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial; (j) deliberar sobre a propositura pela Cia. e por sociedades nas quais ela detenha participação societária de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (k) deliberar sobre a emissão de ações preferenciais, criação de nova classe de ações, emissão de novas ações sem guardar proporção com as demais espécies e classes de ações existentes ou a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate e amortização das ações; (l) deliberar sobre aquisição, pela Cia. ou por sociedades nas quais ela detenha participação societária, de investimento em outras sociedades ou deliberação a respeito de sua participação em grupo de sociedades; (m) deliberar sobre a cessação de estado de liquidação da Cia. e de sociedades nas quais ela detenha participação societária; (n) deliberar sobre o resgate, amortização ou compra de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Cia.; (o) alterar a política de distribuição de dividendos, inclusive quanto à criação e à fixação dos limites de quaisquer reservas estatutárias; (p) deliberar sobre a abertura e o fechamento do capital da Cia.; (q) aprovar qualquer operação envolvendo partes relacionadas da Cia. e de sociedades nas quais ela detenha participação societária; (r) definir o voto da Cia. em assembleias gerais de acionistas, reuniões de sócios e reuniões de órgãos de administração de sociedades nas quais ela detenha participação societária nos casos em que o voto se relacione à indicação, eleição ou destituição de administradores ou membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração global anual, propositura de ação de responsabilidade contra os administradores, tomada de contas dos administradores e aprovação de demonstrações financeiras apresentadas, alteração da política de dividendos, emissão de valores mobiliários, bem como seu resgate, sua amortização ou compra, constituição de reservas estatutárias, abertura ou o fechamento do capital social, alteração do nome comercial ou do objeto social, aumento ou redução do capital social, suspensão dos direitos de sócio e avaliação de bens para a formação do capital social; (s) aprovar o orçamento anual da Cia. e das sociedades por ela controladas, bem como o plano anual de investimento ou do ativo fixo da Cia. e das sociedades por ela controladas, com seus valores anuais de contribuições, além de planos de remuneração variável e/ou de bonificação dos administradores e funcionários da Cia. e das sociedades por ela controladas; (t) aprovar planos de oferta ou opção de compra de participação societária da Cia. ou de sociedades nas quais ela detenha participação societária; e, (u) aprovar todas as matérias que excedam a alçada do Conselho de Administração. § Único - Os quóruns referentes às matérias previstas nas alíneas do caput desse art. 8º observarão o disposto na legislação aplicável e em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Cia. Capítulo V. Administração da Cia. Art. 9º - A Cia. será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Seção I. Conselho de Administração. Art. 10 - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, eleitos pela Assembleia Geral, a qual designará entre eles o Presidente e o Vice-Presidente, acionistas ou não da Cia., residentes ou não no país, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. §1º - Os membros de Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. §2º - Os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. §3º - O Vice-Presidente do Conselho de Administração substituirá o Presidente do Conselho de Administração em suas ausências e em caso de impedimento temporário. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, esses deverão ser substituídos por outros conselheiros, escolhidos pelos demais conselheiros. §4º - Em caso de vacância do cargo do Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente assumirá suas funções e convocará a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da verificação da vacância. §5º - Em caso de vacância do cargo do Presidente e do Vice-Presidente simultaneamente, qualquer dos demais conselheiros poderá convocar a Assembleia Geral para eleição dos respectivos substitutos, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da verificação da vacância. §6º - Em caso de vacância de qualquer outro membro do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da verificação da vacância. §7º - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação. O montante global fixado incluirá a remuneração dos Diretores e será repartido entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria de acordo com o que dispuser o Conselho de Administração. Art. 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á semestralmente, sob forma ordinária, ou extraordinariamente, sempre que necessário. §1º - As reuniões do Conselho de Administração, ordinárias ou não, serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração e, em suas ausências e impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, mediante notificação por escrito, com comprovante de recebimento, aos demais Conselheiros, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência da data pretendida para a reunião em questão, em 1ª convocação, ou com 3 dias úteis de antecedência, em 2ª convocação. A convocação deverá especificar todos os assuntos a serem discutidos e votados na reunião, bem como local, data e horário da reunião. As convocações poderão ser feitas através de carta registrada, correio eletrônico, via fac-símile ou pessoalmente, com protocolo de recebimento ou qualquer outra forma que comprove seu recebimento. §2º - Independentemente das formalidades relativas à convocação, acima previstas, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração. §3º - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação, ou com qualquer número de conselheiros, em segunda convocação. §4º - Será permitido a qualquer membro do Conselho de Administração comparecer às reuniões por vídeo ou teleconferência ou fazer-se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia da reunião. Os membros do Conselho de Administração que participarem da reunião remotamente deverão enviar uma declaração assinada em até 10 dias úteis, confirmando por escrito o seu voto, por meio de fac-símile ou correio eletrônico enviado em atenção ao presidente ou ao secretário da respectiva reunião. §5º - Caso qualquer membro do Conselho de Administração não possa comparecer à reunião do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou via teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, esse membro poderá manifestar seu voto por escrito, que valerá para fins de verificação do quórum de instalação e do quórum de deliberação, desde que recebido pela Cia. com antecedência mínima de 24h da data da respectiva reunião do Conselho de Administração. Art. 12 - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos presentes, exceto as matérias abaixo, que serão aprovadas se contarem com o voto favorável da maioria absoluta dos conselheiros: (i) aprovar qualquer aquisição ou alienação de ativos, móveis ou imóveis, da Cia. e de sociedades nas quais ela detenha participação societária, com valor até R$ 1.000.000,00, exceto se já previsto no respectivo orçamento anual, salvo quando as datas das operações sofrerem alterações superiores a 90 dias, quando será convocada nova assembleia de acionistas para deliberar sobre as mudanças no orçamento; (ii) aprovar a oneração e a constituição de garantias reais ou pessoais, tais como hipoteca, alienação fiduciária e penhor de quaisquer ativos, móveis ou imóveis da Cia. e das sociedades nas quais ela detenha participação societária, e a celebração de contratos pela Cia. e pelas sociedades nas quais ela detenha participação societária, envolvendo